ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 35/2025

(Plenária Presencial)

Aos vinte dois dias do mês de outubro de dois mil e vinte cinco, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Alegre, nas dependências Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH, Av. João Pessoa, 1105 – Farroupilha – Porto Alegre/RS, sob a coordenação da Presidente **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA** e o vice-Presidente **PAULO FRANCISCO DA SILVA**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Andréia Brito Gilli, **Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa**;

Eduarda Roos Enes, **Casa de Saúde Menino Jesus de Praga**;

Francyne da Rosa, **CEMME**;

Frei Luciano Elias Bruxel, **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA**;

João Batista Machado da Rocha, **Fundação O Pão dos Pobres**;

Luiz Alberto Mincarone, **Associação Beneficente Amurt-Amurtel**;

Natália Laurindo, **AHMI**;

Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança;**

Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre**;

Rose Ceroni Canabarro, **Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM.**

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Adriana Paz, **Secretaria Municipal de Educação – SMED**;

Guilherme Fagner da Silva Pereira, **Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV**;

Mariana Azevedo, **Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH;**

Neiva Chaves, **Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS**;

Sônia Rejane dos Santos Vieira, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF;**

Sônia Silvestrin, **Secretaria Municipal de Saúde – SMS.**

DEMAIS PRESENTES:

Airton Ferronato, **Secretário Adjunto da SMIDH**;

Gustavo Brock, **SMIDH:**

Gustavo Dal Ponte, **Coordenador FUMID**;

Patrícia Costa, **Taquígrafa – TG Taquigrafia;**

Viviane Anchieta, **Administrativo SMIDH.**

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças;

3. Informes.

Após a conferência de quórum foram abertos os trabalhos:

1. ABERTURA;

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA: Nós temos alguns retornos rápidos e depois também temos uma apresentação do projeto. Então, vamos lá. Assim, gente, agora sábado, nós temos um evento da FUNDARS, da Associação das Fundações. O evento vai acontecer lá no Shopping Total à tarde. Acredito que ainda tenha algumas vagas. Acho interessante mais conselheiros poderem estar lá. Ele é mais voltado para o terceiro setor, mas, de qualquer forma, o assunto vai ser sobre fundos. Vou ter uma fala lá também, em que aceito sugestões, para que a gente possa ter uma linha do que falar. A ideia principal que eu vejo, que se quer do evento, é poder tirar proposições para os fundos de forma geral, não somente Porto Alegre, mas os fundos em nível de Brasil. Então, acho que é interessante a gente poder pensar algumas questões. Uma das pessoas que está à frente é a Doutora Janine, em que ela também é do Ministério Público. Também o João Rocha, ele é o vice-Presidente da FUNDARS. Então, acho que a gente está com um bom pessoal para poder conversar e discutir um pouquinho. Conto com vocês lá para divulgar. Sábado, 13:30 às 17:30. Depois a gente vai para o *coffee*. Outra coisa: nós fizemos um GT na semana passada sobre os 35 anos, agora, o nosso evento da primeira semana de novembro, dia 4. E aí, nós pensamos o texto das placas e a gente tem que fechar isso para agora, para hoje. Então, o que a gente pensou? Nós chegamos a 41 pessoas para 40 placas que nós temos. E aí, então, o que a gente pensou e a gente colocou ali

no grupo que nós fizemos, é que nós temos três pessoas em memória. E aí, então, o que a gente pensou? Fazer para essas pessoas uma homenagem de forma diferente, com talvez um certificado ou alguma coisa assim, que eu acho que talvez seja mais difícil das famílias virem. E aí, a gente teria essas outras três placas para poder atender outras três pessoas que também fizeram uma contribuição tão grande quanto. Que daí, agora, por exemplo, eu pensei na Irmã Perina. Tínhamos 41... [Falas concomitantes]. É verdade, é mais um só. A Irmã Perina e mais um. Sugerem alguém? Eu vou só dar uma lida para vocês em quem a gente pensou para poder pensar um pouco. Então, aqui, as secretarias que compõem o CMDCA, na verdade, os secretários respectivos, o prefeito, a primeira-dama, o André Coronel, aí algumas empresas que são doadores recorrentes, como o Instituto SLC, Unimed, Rio Grande Seguradora, BRDE, Grupo Iesa, o Eduardo Logemann, Cláudio Bier, Instituto Lojas Renner. E aí, depois, lá na outra placa, aí todas as demais pessoas que fizeram, tanto presente no CMDCA quanto no Fórum. E, depois, nós entramos na Irmã Conceição, no Carlos Simões e na Otília, que são antigos conselheiros nossos, assim. E aí, nós teríamos mais uma pessoa. A Irmã Perina e mais alguém. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Outra, em memória, que faleceu lá em São Paulo, em Campinas, a Alice Bittencourt. A Lúcia está na lista, né? Eu mandei o nome da Lúcia Castêncio. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Não está na lista. A Lúcia Castêncio foi presidente duas vezes. Então, a Alice pode ir em memória, como os outros em memória. Aí, fechamos. Outra questão é, dia 28, às 14 horas, nós fomos chamados para uma reunião de fluxo do recurso que nós fizemos o aporte para a assistência, lá na reunião com a SMAS. Se mais alguém depois quiser estar presente na reunião, só me sinaliza. Mas eu já chamei o Mincarone, o Lino, pelo Fórum, e o Frei também, que já estava no contexto, que já estava trabalhando ali. Dos 100 milhões. E aí, então, se mais alguém depois quiser estar junto, só me sinaliza para a gente poder combinar direitinho. Na SMAS. Mais alguma coisa de reunião, alguma coisa assim que eu esqueci? Não? Então, nós temos o Secretário Ferronato e a Mariana para nos apresentar o projeto que a gente conversou na semana passada. Já está no SEI de vocês, já está nas pastas de vocês o SEI, para a gente poder abrir ali. Contigo.

- APRESENTAÇÃO PROJETO AQUISIÇÃO ARES-CONDICIONADOS PARA O CONSELHO TUTELAR:

Mariana Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH: Olá, gente. Boa tarde, tudo bem? A gente veio apresentar o projeto, que é a proposta da aquisição dos ares-condicionados para o Conselho Tutelar. Essa proposta, ela foi apresentada para, como o viés de, melhorar os atendimentos e o ambiente de acolhimento dentro dos conselhos tutelares. A gente tem um pouquinho mais esmiuçado no projeto como está um pouquinho hoje a estrutura dos conselhos tutelares. A gente apresentou a proposta de 48 ares-condicionados, em cada micro tem sua demanda, sua especificação. A gente tentou elencar e direcionar a justificativa, levando para as questões dos direitos da criança e do adolescente, na questão do acolhimento, quando é feito na recepção, o acolhimento da criança. O quanto é importante esses espaços estarem bem estruturados para receber o acolhimento dessas crianças. A aquisição são de 48 ares-condicionados, para as 10 microrregiões, espalhadas, junto com também a manutenção e a instalação dos ares-condicionados. Nesse valor total, ele dá o valor junto com o total estimado do projeto, é de R$ 190.428,73. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** E vocês fizeram essa distribuição de quais para quais conselhos, quais micros? **Mariana Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Sim. Está no projeto. São 31 ares-condicionados de 12.000, 6 de 18.000, 7 de 24.000, 3 de 30.000 BTUs e 1 de 36.000 BTUs, totalizando 48 ares-condicionados. Por que a gente fez essa proposta e quis apresentar para vocês? Porque é de extrema urgência, porque a gente está chegando nesse momento já do verão. Em dezembro, começa o verão e um calor bem forte. A gente está em outubro e o calor já está um absurdo de quente. E, pensando nisso em janeiro, fevereiro, que já é bem forte essa estrutura, a gente pensou em apresentar na plenária para ver se a gente consegue, de uma forma ou de outra. Mas aí, está bem especificado. **Gustavo Brock, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Só para ajudar na contribuição, colegas. Boa tarde a todos e a todas. Como já participei também do pleno, sei como é que funciona. Vim com a Mariana, que eu também escrevo junto o projeto. A gente sabe da responsabilidade do município para as instalações e também nas instalações dos conselhos tutelares. O município está com valores contingenciados, não está conseguindo liberar a aquisição de novos equipamentos. A gente tem um processo que foi solicitado e teve uma negativa da Secretaria da Fazenda em função de recursos, novos recursos e para novas aquisições de equipamentos. Então, como os conselhos tutelares, nessa época agora de verão, a gente sabe das altas

temperaturas, nós estamos aqui utilizando e tem uma defasagem nas instalações e a gente tem uma preocupação que as altas temperaturas com o nosso verão, elas elevam muito. Então, já tinha sido feito um estudo pela nossa área técnica, pelos engenheiros, já tinham visitado os conselhos tutelares, já tinham feito todo esse histórico da necessidade. E a gente está trazendo aqui o mesmo pedido que a gente fez no processo administrativo, a mesma quantidade, os mesmos valores. O objetivo é fazer a aquisição através de ata de registro de preço mesmo do município, não é nenhuma nova licitação, para que a gente consiga fazer a aquisição desses equipamentos agora, o mais urgente possível. E por isso, pela necessidade da urgência que a gente vem solicitar que, por uma excepcionalidade, esse projeto possa ser aprovado pelo Conselho e possa ser utilizado o recurso livre do Fundo da Criança e do Adolescente. Como é para o atendimento nos espaços que atendem as crianças e adolescentes, é por isso que a gente embasou no Estatuto da Criança e do Adolescente, na legislação da criação do Fundo. Então, a gente traz o projeto exatamente com o mesmo quantitativo que nós já tínhamos pedido enquanto secretaria que é responsável pelos conselhos para a prefeitura, para a Secretaria da Fazenda. No outro processo que está arrolado, anexo a esse, tem ali toda a questão já do pedido e da negativa da Secretaria da Fazenda em função de que, no momento, a Fazenda não está conseguindo liberar esses novos equipamentos. E qualquer outro processo que a gente fosse fazer, ele seria demorado e moroso. A gente está ainda com projetos de financiamentos, de melhorias, que vão vir para a cidade, que já foram aprovados, mas todos são para o ano que vem, nos próximos anos, a melhorar a infraestrutura desses espaços. A gente tem recursos já de financiamentos aprovados que iriam contemplar e que vão contemplar as melhorias nesses espaços dos conselhos tutelares, mas isso seria para o próximo ano, não seria para agora. E a nossa preocupação é nesse atendimento agora no verão, nas altas temperaturas. **Mariana Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Já tem um despacho que especifica, faz a especificação de qual é. Está ali o relatório técnico. No Conselho 1, no CT1. A especificação, a sala de espera, botaram bem direitinho onde está. **Gustavo Brock, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** É de acordo com os ambientes realmente que vão precisar, por isso tem os que vão precisar de 18.000, outros 12.000, outros 24.000, pelo tamanho do ambiente. Senão, se a gente fosse pensar, são 10 unidades, a gente vai precisar de 1, 2 ou 3. Não é esse o cálculo, em 48 não são 4 por unidade, é conforme o levantamento técnico já. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Qual o valor do projeto? **Gustavo**

Brock, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH: O valor do projeto é 190.000. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Já está incluída nesse valor a instalação e a manutenção, quem vai fazer? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** O que eu ia perguntar. Essa ata é instalação e desinstalação, certo? Nós temos outra ata que ela faz a manutenção ou essa aí, porque são duas atas. Mas agora aqui, nós vamos trabalhar na instalação e na desinstalação. **Gustavo Brock, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Sim. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Mas aí eu penso que depois vocês dêem uma olhada, porque tem uma outra ata que faz a manutenção predial e daí entram esses tipos de equipamentos. Eu não sei quanto tempo de garantia tu vai ter, enfim, acho que só nesse. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Acho que já é bom prever. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** É, mas daqui a pouco se está na garantia vai. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Isso também eu ia perguntar, a manutenção é de quanto tempo, né? Porque a manutenção às vezes é muito cara. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** A manutenção, ela é por demanda, mas eu entendo que o ideal era ter um contrato para o ano, e se usar, usou, se não usar, não usou. Mas tu está amparada. **Airton Ferronato, Secretário Adjunto da SMIDH:** A tua proposta seria já incluir a manutenção? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Eu acredito que sim, Secretário. Eu não sei se esse já não tem garantia, de repente tem garantia do aparelho por 6 meses. Entendeu? Mas depois vai precisar, eu sugiro que faça as duas coisas. **Gustavo Brock, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Eu acho que a secretaria tem. Nesse momento a gente pensou realmente na aquisição. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Pelo o que eu li, vocês vão aderir a uma ata que está ali já. **Airton Ferronato, Secretário Adjunto da SMIDH:** Vamos pegar essas ideias. A proposta é nós instalarmos antes do verão. Por outro lado, agora surge a proposta da manutenção, que ela seria ótima também. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Mas são dois contratos. Então, o que eu sugiro? Se for aprovado hoje, vocês já podem abrir o processo de adesão à ata vigente. Isso é uma coisa, aquisição e instalação. Isso vai dar uns 30 dias, nem chega a 30, mas meio de novembro vocês vão estar começando a instalar. E aí, tem a outra ata

que está lá. Quando vocês consultarem lá na DLC, nas atas vigentes, tem o de serviço que é manutenção predial e tem uma ata lá de manutenção de ar-condicionado. Mas, claro, não corre junto, porque são empresas diferentes e trabalhos diferentes. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Só queria, se me dão a palavra, dizer que o Conselho pode ser solidário num momento excepcional, mas é uma atribuição da prefeitura. Eu acho que, se a gente for já fazer esse apoio à prefeitura nesse momento difícil para a instalação, essa segunda parte da manutenção, que o município assumisse essa responsabilidade, uma vez que tem garantia um equipamento novo instalado. E outra coisa, aproveitando, Ferronato, a sua presença, hoje eu falei com a Carol, nós aprovamos, junto na sua presença, junto com o André Coronel, com a Secretária Pellini, uma agilidade na qualificação do atendimento do nosso serviço de convivência. Eu tenho uma preocupação, nós estamos chegando em novembro, com tudo que tivemos de discussão da limitação que é a qualificação que nós conseguimos chegar. O Conselho sofreu muito na discussão para chegar a um termo, pelas carências que têm as várias políticas de 6 a 18 anos, que não leve. Chegue mais urgente que os ares-condicionados, é chegar nas instituições para poder qualificar o atendimento. Tem sido muito moroso. Eu até digo, agora conseguimos fazer um edital que a Asafom vai executar de saúde mental para as crianças do acolhimento. Quero dizer que quando há uma vontade política interna dentro da prefeitura e uma disposição, a gente consegue resolver. A gente tem percebido, eu falo aqui com muita transparência, os conselheiros podem concordar ou discordar, tem sido muito demorado o processo. O Conselho aportou para qualificar a política. Nós lá decidimos em março, com todos os secretários, a turma da educação, o Mateus da Fasc, que ainda não era secretaria. Estamos entrando em novembro. Agora soube que vai ter uma reunião dia 28. Nós vamos chegar em dezembro, se cuidar, não vai estar o recurso. E ainda agora tem uma dificuldade que, quando aportamos lá, na época, a discussão foi seria retroativo para dar uma qualificada nos espaços, um upgrade. E vai chegar dezembro. Nós também temos, até se fosse falar, ambientes que a gente atende criança também, às vezes 20 e poucas crianças, deveria ter ar-condicionado, que às vezes o telhado é de Brasilit, nós não temos condições. Quem sabe, talvez, com recurso se entrar, algum dos ambientes a gente possa qualificar para poder atender bem as crianças, que é o objetivo de nós no Conselho existir, o Fundo existir e, inclusive, o Conselho Tutelar, para garantir que as crianças sejam atendidas. Então, eu pediria também essa atenção com a mesma urgência, ou até maior, para poder chegar esse recurso que o Conselho está dispondo para a

prefeitura. Também é tarefa, era garantia da rede básica de qualidade, já é uma atribuição do município. A gente sabe das dificuldades, a gente é, eu acho que foi, aqui o Conselho foi muito compreensível nas reuniões lá. O idoso teve mais dificuldade, a gente sabe, mas a gente entendeu o momento. Então, eu pediria nesse pedido ali esta urgência de chegar, se é o Fundo do governo, a urgência que nós temos de ter esse recurso na ponta. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Até, só para colocar, até, Frei, nós pedimos, na verdade, na época dos 6 milhões, que o Paulo falou que a gente aportou para a assistência, a gente pediu algumas contrapartidas. E essas contrapartidas ainda não vieram. Então, a única questão que nós tivemos lá naquele momento foi uma campanha um pouco maior de arrecadação. Deu o resultado, deu. Mas, nós ainda estamos com a questão do prédio, ainda estamos com a questão de funcionários, de para trabalhar, porque não tem como a gente ter um aumento do recurso ou querer fazer mais rápido se tem cinco funcionários lá em cima para tocar quatro conselhos ou quatro fundos. Então, é muito complicado isso também. A gente precisa dos funcionários, a gente precisa terminar o texto do edital, cabe aos conselheiros do projeto técnico, para a gente lançar o edital ainda este ano. E é agora, para novembro a gente tem que ter lançado. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres**: Em relação à questão do recurso livre, não sei qual é o condicionante jurídico que embasa a liberação desse recurso para colocar em prédios. Se esses prédios do conselho são municipais, se são locados. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Nós temos uma resolução do CONANDA, que permite a utilização para conselhos tutelares. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Eu entendi a pergunta, porque, por exemplo, quando a OSC pede alguma obra precisa ser próprio o prédio ou do município. Tem uma regra para isso. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Porque tem um regramento, tem que ter PPCI. Acho que muitas organizações perderam aqui na captação dos recursos aqui no conselho por às vezes não ter a RT, não ter o prédio próprio. Então, acho que isso teria que ser verificado, essa possibilidade, até porque nós, enquanto conselheiros, no momento que a gente assina a liberação de um recurso, a gente vai ser responsabilizado. Então, acho que verificar essas situações ali com essas unidades do conselho, se tem PPCI, se a carga elétrica responde. Porque muitas vezes a carga elétrica não responde à colocação. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Aí vai ficar lá parado, como tantos outros casos, está ali parado, foi comprado, mas não

dá para instalar porque esse prédio não comporta. Quantas vezes a gente já se deparou com isso. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Então, antes de aprovar, enquanto conselho, eu acho que mereceria um memorial técnico, né, de corpo técnico, para verificar cada uma dessas unidades se elas atendem as necessidades de engenharia. E um pouco o que o Frei fala, né? Eu acho que essa morosidade das liberações do recurso, sobretudo do serviço de convivência, que são muitas organizações, e o que o Gustavo traz aqui, eu concordo plenamente. Como a gente é solidário com o conselho, mas também com as organizações, que na sua maioria não têm ar-condicionado. As crianças são atendidas mal e parcamente com um ventilador. Então, também nesse sentido da gente poder ter esse olhar para a cidade como um todo, na garantia do direito das crianças e adolescentes também nesses espaços. Então, eu faria essas duas considerações antes de colocar para votação. **Airton Ferronato, Secretário Adjunto da SMIDH:** Quando da elaboração do projeto, tem o conhecimento se os nossos prédios lá têm capacidade técnica para receber esses ar-condicionado? Tem essa informação ou não? **Gustavo Brock, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** A análise está assinada pelo nosso engenheiro. Então, foi feito pela equipe técnica ali a análise das necessidades. Naquele processo ali está assinado pelo engenheiro, então o engenheiro é o responsável pela quantitativos, conforme lá os interesses daquelas unidades. Então, maiores detalhamentos além disso, a gente tem que pedir realmente para ele, que é o responsável por ter assinado aquele documento ali. **Airton Ferronato, Secretário Adjunto da SMIDH:** Tu falou das pessoas para trabalharem nos conselhos. Já estamos chegando, aliás, chegaram três servidores novos para trabalhar nos fundos. A carência temos, mas a gente dá uma alavancada. E com relação à questão que tu apresenta, meu querido Frei, eu acho que ela é bastante apropriada. Nós deveríamos fazer o mais rápido possível uma reunião com o nosso conselho com o André. Não sei o que é que tu achas. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Hoje de manhã eu sugeri a mesma coisa, junto com o Mateus, achar um caminho, porque há resistências lá da possibilidade de pagar o retroativo. Mas o retroativo, aquele recurso quando nós aprovamos. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Não é retroativo, Frei. Não são despesas retroativas, os meses retroativos. Porque teve um despacho no último SEI, dizendo que as despesas não podem ser retroativas. Mas a gente não quer isso, a gente sabe que não pode. A gente quer, na verdade, é que o repasse seja

retroativo para gastar com as novas coisas daqui para a frente, para conseguir qualificar melhor. **Airton Ferronato, Secretário Adjunto da SMIDH:** Então assim, podemos fazer a reunião com o Mateus, o Juliano. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Até agora eu mandei uma mensagem para a Viviane, da SMAS, solicitando a reunião, antecipando a reunião com ela. Porque a reunião seria marcada para o dia 28. Porque essa terça-feira que vem já está marcada com a SMAS. **Airton Ferronato, Secretário Adjunto da SMIDH:** Podemos fazer direto com a SMAS, até para acelerar. Depois a gente vê a partir daí o que é que a gente faz. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Ou podemos fazer tudo junto. **Airton Ferronato, Secretário Adjunto da SMIDH:** Nós vamos falar com o secretário, Gustavo. O Mateus e o Juliano, para a semana que vem. **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** E também tentar aprovar o edital, né? Porque a gente vai nas entidades, é só o que eu ouço, que está chegando o final do ano. **Gustavo Dal Ponte, Coordenador FUMID:** Aí, Carol, eu vou entrar nas delongas de questão de edital, gente. Assim, é o que a gente mais quer realmente é estourar na rua. Agora estamos com o edital do Comum na rua. Dia 30 a gente publica o edital. Só que, assim, realmente, não é nem o secretariado de hoje, está para nos ajudar. Mas a gente precisa de muito, mas muito mão de obra. Assim, além de todas as OSC que a gente atende, criança, idoso, agora reciclagem, Fundo do Trabalho, edital na rua do COMUI, CMDCA, então, assim, nesse sentido, eu vou dizer para vocês, vai ser um pouco complicado para nós. Eu digo assim, como coordenador dos fundos, que o Juliano determinou, a gente quer botar na rua. Só que a demora realmente, para ter uma ideia, o pagamento do edital do COMUI vai ser em abril. Não é nem que a gente não queira. Chegaram servidores, chegaram três servidores. A secretaria precisa e o Juliano falou: "Não, é para os fundos especificamente". Só essa questão realmente do edital, assim, a gente vai passar na curva, mas a gente precisa ter uma reunião com a equipe do secretariado, o chefe de governo, com os conselhos dos fundos, que realmente estoura, vai estourar nos fundos de novo. Então, é assim. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA**: Além dessas falas aí do Frei, de tudo mais, a gente fica preocupado, né, com essa questão dos aportes aí. A gente percebeu que há uns dois anos para cá, teve algumas reformas em alguns conselhos tutelares, dos prédios. Então, mas que não viram essa situação aí da instalação do ar-condicionado. A outra questão é, parece que as

coisas querem se inverter. Acho que a gente estava falando da questão dos recursos do fundo livre. Veja que, que nós desde a época da enchente ali, a gente queria aportar direto para as organizações e fomos impedidos. Fizemos, acho que, brincando assim, mais umas 20 reuniões com o chefe de governo, lá com a SMAS. Várias reuniões, o tempo todo e só cansamos. Não fizemos nada. Fomos impedidos, só o objeto. Qual o objeto? E as organizações lá fechadas e a gente querendo aportar dinheiro. Depois, essa das enchentes. Até 2000, se eu não me engano, o Frei pode, pode saber mais do que eu, que era presidente naquela época ali, 2013 e 2014, até aquele ano, a prefeitura tinha um aporte para o conselho, CMDCA, um recurso do Fundo Livre, para a gente fazer aquela partilha. Daquele ano para cá, zerou. Nenhum real entrou mais da prefeitura para o CMDCA, para o Fundo, né? A gente não tem nenhuma contrapartida da parte da prefeitura para a gente. A estrutura do CMDCA, nós estamos desde, desde quando viemos para cá para esta secretaria, solicitando uma estrutura mínima para nós trabalharmos. Estamos aqui ainda, houve várias promessas, nada. Tem essa promessa aí que era para ser agora até maio deste ano. Agora está jogando lá para março do ano que vem. Só jogando. Não temos certeza se vamos. Aqui, os conselheiros trabalhando com os seus notebooks. Espera aí. E agora, a gente vai pagar a estrutura para outros? Aportar recursos para outros? E nós? Eu participei da reunião lá que o secretário adiantou, né? Vai apresentar o projeto. Então, essa reflexão que eu faço, né? Digo assim, enquanto nós estamos na situação e vamos, onde é dever do gestor dar aquela estrutura, tanto para nós quanto para os outros conselhos, está essa desestruturação, né? Esse sucateamento, como dizem os próprios conselheiros tutelares. Então, eu chamo os conselheiros para essa reflexão, para ver essa questão dos aportes aí do nosso fundo. **Francyne da Rosa, CEMME:** Eu só quero continuar a fala do Paulinho, é, concordo com a fala que ele trouxe, né, para apresentar para a plenária. De justamente, né, se encontrou em última instância a viabilidade de repassar o valor do Fundo Livre do CMDCA para a SMAS, para essa qualificação dos serviços e tudo mais. Então, a via que foi encontrada, pelo fato da gente não conseguir publicar editais. E é legítimo, né, que o Conselho Tutelar tenha, imagino, uma estrutura mínima, né? Ares-condicionados, hoje a gente vê que não é um luxo, assim, uma necessidade em todos os espaços de atendimento. E é legítimo isso, e eu até concordo no sentido de que o Fundo Livre também possa ser usado para isso, assim como foi usado para a SMAS para os serviços. A questão é essa. É que esse caminho ainda nem se consolidou no CMDCA, ainda nem se efetivou o repasse de dinheiro para uma das secretarias, a gente já está aprovando ou pensando em aprovar o repasse para uma outra

secretaria também. E a gente tem essa questão, a prefeitura, ela deveria, né, o CMDCA está fazendo um papel da prefeitura. É a questão é acabar sendo, não a última via, mas agora a primeira de se efetivar esses valores. E a gente pensa muito nessa questão da estrutura, mas o CMDCA não tem uma estrutura. A secretaria, ela ainda não promoveu essa estrutura para o CMDCA, né? E, óbvio, é importante, novamente, é legítimo que se tenha os ares-condicionados, nem se justifica com a questão da necessidade, da importância disso, mas a partir de agora aprovando neste momento esta proposta, não se torna então, o papel do CMDCA de assumir as questões da prefeitura? Então, só para que a gente daqui a pouco possa pensar o impacto disso ali na frente, né? Ah, a gente não tem exatamente o valor do Fundo Livre para poder trabalhar, para poder saber no que aportar esse valor, né? A gente tem um planejamento que a gente fez lá no início deste mandato, que a gente não conseguiu alcançar minimamente os objetivos, por todos esses entraves das secretarias, né? Então, o quanto o CMDCA hoje está sendo visto como responsável unicamente por atender bem as crianças de Porto Alegre, né? E a prefeitura aí, né, buscando esse recurso. Então, só complementando essa discussão. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Não, eu queria chamar a atenção. Eu já há mais tempo venho chamando a atenção. Hoje, o orçamento dos Fundos da Criança e do Idoso, executam o que ele é muito maior que muitos municípios, não tão pequenos, do estado. E nós temos que ter uma infraestrutura melhor. Eu gostaria de corrigir, a gente tem usado a expressão "Fundo Livre". Ele é o Fundo da Criança e do Adolescente, estabelecido na lei. Que quando a gente fala que está livre, é que não está comprometido com um projeto já que foi aprovado e destinado para uma instituição. Ele é para atribuir. O que me incomoda muito, eu já tenho, por isso eu digo, ele está se acumulando e tem sido um socorro, às vezes, para outras situações. Nós temos emergências muito graves de crianças no trabalho infantil, no acolhimento institucional. Por exemplo, agora, só na nossa responsabilidade, que é junto com a prefeitura, nós temos uma criança que está quase, eu acho que está chegando a quase três meses no hospital. Está lá o abrigo, o que eu podia falar do João. Quantas crianças que estão sob o nosso cuidado, se tem uma ação trabalhista, até a legislação não permite que o, que a instituição que assumiu uma responsabilidade do poder público, possa usar o recurso. Hoje, eu vou ter que fazer quermesse para construir o muro da responsabilidade que nós, sociedade civil, assumimos, claro, por um princípio ético. Nós somos instituições, eu estou numa instituição franciscana, tem os lassalistas, tem outras, tem as associações, os grupos comunitários que têm. Mas nós temos que ter, pessoal, uma gestão

hoje do Fundo. O fundo nosso está acumulando recursos, ele não está chegando onde deveria. Ele não foi feito para ser um banco. Ele, até o dinheiro está para ou para especulação ou para acumular. Ele é para atender a demanda. Amanhã à tarde, nós perdemos uma criança, uma que não foi atendida bem na comunidade. Quando vai para o acolhimento, o custo mensal é um absurdo. A gente está falando há pouco de uma casa. Quantas crianças com um problema habitacional, de pobreza extrema, estão em abrigos, quando custa 8.000 o custo de uma casa. Como nós estamos falando agora hoje, popular, que a gente vai fazer para uma família, está R$ 17.000, um banheirinho. Nós estamos agora com um projeto ali da instituição, com uma organização, fazendo um banheiro. Eu visitei tantas casas, pessoal. É assustador, pessoal, a pobreza com que algumas crianças hoje têm vivido e nós não conseguimos chegar com a política, nem conhecer a realidade, deveríamos. Então, nós estamos falando e nós temos que ter uma agilidade, uma estrutura, o fundo aqui melhor, desde o para nós nos reunirmos, às vezes, que a gente fala aqui no Conselho, nós estamos socorrendo agora o Conselho Tutelar, que é um braço nosso junto na comunidade. Mas, Ferronato, precisamos de uma agilidade, uma urgência, sob pena de um dia a gente ser denunciado no Ministério Público ou numa outra instância, de não estar cumprindo a nossa missão. E quanta gente que apóia o fundo, que vai deixar de apoiar, porque o dinheiro não chega onde ele destinou. A destinação, na verdade, nem uma doação, uma destinação, uma orientação do imposto de renda, porque é um recurso que nós temos uma responsabilidade ética. Então, me preocupa muito isso, está se agravando a situação. Aqui a gestão é dos dois conselhos. Qual o município hoje que tem, não sei quantos milhões têm os dois conselhos juntos hoje. A gente só fez o pagamento esse ano. Nós fizemos até agora 53 milhões de pagamentos. Mas o orçamento total que tem no Fundo hoje, mais de 150 milhões. Eu estava olhando, eu estive agora a semana em Espumoso, o orçamento estimativo da cidade de Espumoso, que é bem grandinha, é desse ano é R$ 101 milhões. Com toda a estrutura de escola, saúde, e nós estamos aqui com uma equipe de quantas pessoas para dar conta disso? **Gustavo Dal Ponte, Coordenador FUMID:** Eu tenho duas gestoras para cuidar de todos os fundos, duas gestoras. **Airton Ferronato, Secretário Adjunto da SMIDH:** Mas dentro dessa preocupação que tu trazes aí, todos nós, eu também tenho, estou no barco. Porque, na verdade, nós temos aí que agilizar essa regra. Eu até estava conversando com a Carol, agilizar essas regras de liberação desses fundos. Até para não dar a entender ali para a sociedade e especialmente para aqueles que contribuem para o fundo, dizer, bom, se eu já contribuí, existe recurso e não estão sendo gastos, não vou contribuir

mais. Então, tem que ter uma agilidade maior nessa. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** É triste, porque o nosso problema não é o dinheiro. É mais triste ainda. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É a parte engraçada, eu acho nem triste. Eu acho que nem triste, para não ser engraçado. **Airton Ferronato, Secretário Adjunto da SMIDH:** Então, nós estamos trabalhando para isso. No sentido de agilizar essas ações aí de liberação de recursos. Acho que é muito rápido e desnecessário. E nós encaminhamos a nossa reunião com o Juliano e com o Mateus. O Luciano é o nosso engenheiro aqui [Ingressou na reunião], nós estamos aqui tratando daquele projeto do ar-condicionado para as selas, para o conselho. E a pergunta que nasceu aqui é se temos estudo para ver a viabilidade, a possibilidade de instalação de todos esses ar-condicionado em cada CT. **Luciano, engenheiro**: Boa tarde a todos. Sou o Luciano, então. Essa demanda surgiu da necessidade de manutenção dos aparelhos existentes. Dada a chegada do verão, então, a UOCT nos chamou ali e nos perguntou o quantitativo de equipamentos que teria para fazer as manutenções agora. E aí, o que foi informado para eles ali, se decidiu que a maioria dos equipamentos que nós temos hoje em dia nos conselhos tutelares, são equipamentos muito antigos que requerem manutenção corretiva constante. O ideal seria a substituição dos mesmos. Então, é isso que foi feito. A gente montou uma planilha com o quantitativo para a substituição de todos os equipamentos que têm mais de 15 anos de uso. Que é aquele equipamento que tu conserta hoje, daqui a três meses está estragado de novo. Então, essa planilha, ela surgiu desta demanda. Quanto à rede elétrica, essas coisas assim, a gente tem isso aí tudo previsto já. Acho que no início do ano passado foi feita uma revisão geral na elétrica dos ares-condicionados, de todos os equipamentos. E agora, com certeza, tendo a previsão de aquisição que é com instalação já desses equipamentos, seria refeito uma nova revisão em todo o circuito. Então, a pergunta de vocês, pelo que eu entendi, se tem viabilidade, capacidade técnica. Sim, tem. Principalmente por ser substituição de equipamentos já existentes. Tem a previsão de alguns ali, não é a maioria, mas tem a previsão de acréscimos de equipamentos, mas assim, já está tudo previsto, a instalação, o circuito elétrico. Está tudo dentro da programação. Hoje nós temos 10 conselhos tutelares e, se eu não me engano, 4 ou 5 são em próprios municipais; os outros são todos locados. Ele é patrimoniado da prefeitura, para onde for o equipamento vai junto. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Pessoal,

qual o encaminhamento que a gente pode fazer? **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** A comissão tem a analisar. Antes de votar, a gente tem que olhar o projeto. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** Não dá para votar como um combo? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu penso assim: é um combo mesmo. Porque, como o pessoal está dizendo, não adianta a gente liberar dinheiro se o outro dinheiro não foi liberado ainda. Então, não deixa de ser um combo. A gente vai ter que ver a vontade fluir dentro da prefeitura para poder a nossa vontade também fluir. E enquanto a gente organiza, faz as reuniões com a SMAS, as comissões vão analisando e a gente vai vendo como vai acontecer. Lógico que, como disse o secretário também, nós temos prazo para o calor chegar. Já está aí, na verdade. Mas penso que é assim: a gente pode pensar na primeira semana de novembro, umas duas plenárias, a gente amadurecer, analisar, e na segunda plenária a gente traz de novo para retomar e ver o que passa pelas comissões, o que conversamos entre as comissões, o que rodou ou já melhorou dentro das secretarias. Eu acho que isso a gente consegue já ter um bom parâmetro também. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**: Secretário, essa discussão do serviço de convivência, de fato, ela é bem complicada, porque houve o pedido dos três secretários aqui: foi o Secretário Coronel, o Secretário Juliano e o Secretário Mateus. Então, dentro disso é que a gente fez essa conversa e essa negociação junto aos dois fundos para repassar. Penso que essa questão do serviço de convivência, então antes de chamar o Secretário André, quem sabe o senhor conversa com o Tesouro, que é o superintendente, e o diretor financeiro da assistência. Aí traga ele na nossa secretaria, enquanto Fazenda, porque isso é para dentro, não é para fora. **Airton Ferronato, Secretário Adjunto da SMIDH:** A tua proposta, então, é levar essa discussão para a Fazenda? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**: É para a Secretaria da Fazenda, lá no gabinete. Mas o tesouro e o diretor financeiro junto com o secretário dele. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Todo mundo junto. Porque a questão, secretário, é operacional, é de entendimento. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Porque ela é de entendimento da emenda do DF e não é o entendimento da Fazenda, mas é o entendimento do DF. E é uma questão de alinhar a prefeitura. [Falas concomitantes]. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**

Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA: Assim, gente, pelo que eu entendi das falas, acho que é bom deixar bem claro: o conselho não é contra o projeto. Pelo contrário, nós somos a favor de qualquer projeto que vá atender a criança e o adolescente bem lá no final. Mas nós queremos, na verdade, é colocar algumas condições para liberar o outro recurso. É somente. Eu acho que é essa a questão. Já vai liberar? Podemos, mas queremos ter esse primeiro, que não deixa de ser a contrapartida que a gente pediu do próprio recurso que está sendo liberado agora. E, então, depois tu mandas, por favor, para as comissões. Manda o despacho para as comissões, para todas terem acesso para lerem, olhar o projeto. E aí, vai fazer o rito das comissões normal. E depois a gente traz para a plenária, daqui a duas plenárias, que daí a gente vai ter ouvido o fundo também. Ok? Mais alguma coisa sobre o projeto ou algo assim? Não? Podemos ir para as comissões? Quem vai ser o primeiro? Comissão de Finanças. **Airton Ferronato, Secretário Adjunto da SMIDH:** Primeiro eu quero agradecer a Mariana. Foi uma bela exposição. Ela estava preocupada. Ela me disse: "estou nervosa, tu me ajuda". Vai lá que tu sabes! **Mariana Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Queria agradecer seu por toda a força. E obrigada por me darem o espaço para eu poder apresentar. Obrigada. **Gustavo Brock, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Pessoal, agradeço também a atenção, vou indo que estou com várias atividades também. Bom revê-lo também, obrigado. Até a próxima. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Aproveitar, gente: a Mariana está como conselheira do CMDCA agora. Então, o Edemar saiu e a Mariana entrou. E aí, então, depois, Mariana, a gente tem que ver só qual comissão tu vais ficar. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Ele estava na Comissão de Finanças. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Vai, Sônia.

- COMISSÃO DE FINANÇAS:

Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF: Comissão de Finanças, Processo 21.0.000110-1720. A OSC é **SOCIEDADE EDUCAÇÃO E CARIDADE INSTITUTO PROVIDÊNCIA**. Projeto Parceria em Ação. O processo foi remetido para análise da Comissão de Finanças a partir do documento SEI 29981586. Ele foi um projeto aprovado através da Resolução 328/21, Certificado 037/21, com vencimento em 31 de dezembro de 2023, no valor de R$ 606.082,70, com retenção de 5%. Ocorre que quando

a OSC foi fazer o resgate, ela não captou o valor na sua integralidade, então o valor hoje é R$ 126.660. Considerando mais uma transferência de valores aprovada na Resolução 105/23, no valor de R$ 80.708,72, a OSC apresenta um projeto no valor de R$ 207.368,72. Antes, no projeto aprovado, ela tinha despesa de consumo e de pessoal que totalizava os R$ 606 mil. Agora, ela só apresenta a despesa de pessoal e fecha os R$ 207.368,72. Em análise aos documentos, a Comissão de Finanças é de ***parecer favorável*** ao ajuste proposto pela OSC no projeto. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Alguma dúvida? Ela não captou o total? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Não, ela não captou. Ela captou R$ 126.660. Só que depois ela pediu uma transferência para este mesmo de R$ 80.708,72, que totalizou os R$ 207.368,72. Daí fecha os R$ 207 mil. É uma transferência e mais os R$ 126.660. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Tá. OK. Alguma dúvida, gente? Podemos colocar em votação, então? Por favor, quem é favorável, levanta a mão. **APROVADO POR UNANIMIDADE**. Políticas.

- **COMISSÃO DE POLÍTICAS:**

Natália Laurindo, AHMI: A Políticas fez reunião hoje de manhã com a FADEM e aí passamos ajustes junto com a Finanças. A gente não tem nenhum parecer ainda, daqui a pouco vêm vários. Mas por enquanto ainda não, estamos fazendo reuniões para passar os apontamentos. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Sônia, o teu. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS**: Então, vamos falar sobre este projeto da IA. O processo é 25.0.000.134626-4. Então é um projeto; parece que o primeiro que as meninas tinham me dado sucumbiu, não está válido, então está valendo este. Ele é um projeto desta instituição chamado Instituto de Inteligência Artificial na Saúde, então o projeto é de IA. Eles têm a pretensão de atender, de forma indireta, 30.000 crianças e qualificar 100 profissionais de saúde por um período de 24 meses. Eles colocam que o que eles querem fazer, na verdade: eles citam que vão trabalhar com alguns grandes hospitais de Porto Alegre: Santa Casa, Pronto Socorro, HNPV, que é o Presidente Vargas, o Hospital da Restinga, o São Lucas da PUC, o Mãe de Deus e o Hospital de Clínicas. Então, esses são os hospitais que eles pretendem trabalhar. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Uma pergunta: qual desses

é SUS? **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS**: Todos eles são SUS, exceto o Mãe. A PUC tem. Ela não tem mais maternidade, mas tem muito atendimento ainda. Ela, assim como a Santa Casa, que é filantrópica, a PUC é filantrópica. O Mãe de Deus é privado. Os outros também mesclam. O HPS é 100% SUS, o Restinga é 100% SUS e o Clínicas também tem atendimentos privados. Está claro que o grande carro-chefe deles é SUS, então a grande quantidade ainda é atendimento SUS, apesar de ter muito privado. Mas privado total é o Mãe, o Mãe de Deus é privado total. O que eles pretendem fazer? Eles fazem uma justificativa aqui dizendo que os erros de prescrição de medicamentos são um problema, e a gente sabe que são um problema. Eles falam que isso pode, de certa forma, trazer "iatrogenias" para os pacientes. O paciente vai buscar a solução do seu problema e, dependendo, pode sair com mais problemas ou até ter intercorrências no meio do caminho. A justificativa é boa. Mas aí, o que a gente sabe, que foi um pouco o que eu dei no despacho, depois se tu quiseres abrir o despacho, tu me alinhas para ver se o grupo está de acordo. O que eu sei, o que a gente sabe aqui dentro da saúde: desde 2013, pensando nesses riscos de erros e na segurança do paciente, o Ministério da Saúde tem dois documentos importantes que foram publicizados. Primeiro, é a implantação do Programa Nacional de Segurança do Paciente, que é a Portaria 529/2013, que eu coloquei no despacho, e que prevê que todos os estabelecimentos de saúde tenham ações voltadas para a segurança do paciente. Não só de prescrição, mas de segurança na cirurgia; aí tem algumas ações que se faz para não amputar a perna errada, não operar a mama errada. E essas coisas, e tem vários processos que se faz para evitar isso. Então, essa é uma portaria. E nesse mesmo ano, em 2013, que eu também coloquei ali, tem a resolução, que é a RDC, que é uma exigência para que os serviços de saúde tenham planos de segurança para atuar dentro das instituições. Então, grandes instituições como essas, que ele pretende levar esse projeto, necessariamente já têm, que foi o que eu coloquei ali. E mais: quando foi definida essa resolução, foi definido pelo Ministério da Saúde que as instituições tinham 150 dias para se adaptar. E aí eu sei, que tenho vinculação lá com o GHC, que a gente tem há mais de 10 anos um núcleo interno de segurança do paciente. E que todo evento adverso ligado à administração equivocada de medicação, prescrição equivocada, infiltração de acesso, por exemplo, o paciente ia ganhar o soro, mas em vez de ganhar o soro, infiltrou, notifica como evento adverso. Ou seja, esses hospitais, provavelmente, eu não falo de todos porque eu não estou lá dentro, que é o que eu despachei aqui, provavelmente eles já tenham o NSP, que é o Núcleo de Segurança do Paciente, porque é uma exigência. Então, tem

um corpo de profissionais que já olha para isso, até porque se tu notificas, alguém olha para os dados e faz as ações internas. Essa é a ideia, e se pegar a RDC, vai ver que essa é a ideia. O que teve de problemas e, a partir dos problemas, qual é a equipe que tem mais problema? Tem que treinar a equipe. Qual é o médico que tem dificuldade de prescrever? Chama ele. É assim que está previsto na RDC. Daí, eu coloquei ali que, sendo assim, considerando que devem ter implantado os NSPs, que são os Núcleos de Segurança do Paciente, eles devem ter no seu escopo de trabalho ferramentas de mapeamento e necessidade de intervenções por meio de educação continuada. Todos esses hospitais aqui têm núcleo de educação continuada. Um grande hospital tem, todo o tempo, gente treinando para bomba de infusão, para equipes novas e para segurança do paciente. Visando minimizar os riscos de novos eventos, tudo isso ajustado às necessidades, uma vez que é uma prerrogativa da RDC a redução de eventos adversos em diferentes processos de trabalho, dentre eles a prescrição de medicamentos. Dentro do núcleo de segurança do paciente, a prescrição de medicamentos é um item. E depois, então, dessas considerações, o que é que eu coloquei? Que por se tratar de instituições sólidas e reconhecidas na assistência a pacientes pediátricos, é fundamental estabelecer quais as efetivas ações serão desenvolvidas pelo projeto. Eles querem capacitar 100 profissionais? Gente, 100 profissionais não é nada. Sabe por quê? Só se tu pegar a noite do Hospital da Restinga já deve dar uns 200 técnicos, enfermeiros e médicos. Pega o Mãe de Deus, pega o Clínicas, 100 profissionais não é nada. E aí eles querem um monte de grana. O projeto é 2.570.000. Se eu ganhar 500.000, eu treino mais de 1.000 pessoas. Porque o processo de diagnóstico já está pronto. É a notificação do evento que já está na RDC. Então, eles teriam que buscar essas informações desse núcleo que trabalha as informações dentro dos hospitais e eles teriam só que tratar as informações e aí ofertar capacitações. Mas que eles sejam mais claros ou este projeto não tem nenhum sentido de existir. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu teria uma proposta assim: como nosso conselho é da criança, passasse antes por uma recomendação do Conselho Municipal da Saúde, porque é um projeto de saúde isso aí. Eu acharia porque é um assunto tão polêmico, talvez com os dados que eu escutei, já tinha escutado outra vez quando apresentaram brevemente. Uma porque a gente vai estar direcionando um recurso de incentivo fiscal, que é tão precioso, embora hoje nós tenhamos, sei que tem a possibilidade de captar no Brasil todo, mas para a gente ter mais embasamento para poder decidir enquanto conselho. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Numa reunião que se fez,

Comissão de Políticas, Comissão de Finanças e Instituição, nós, eles foram orientados: "Olha, nosso público é criança e adolescente. Talvez esse projeto de vocês se encaixe lá na saúde. Conversem com o Conselho da Saúde porque não é o nosso público". Mas isso foi avisado. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM**: No primeiro projeto. E o segundo projeto, então, fala em pesquisa e mapeamento. Não seria o primeiro projeto, seria o segundo projeto. Essa OSC, a gente orientou sim para ir para o Conselho da Saúde. Eles disseram que o Conselho não tem inscrição. Eu disse: "Não, realmente, o Conselho hoje tem que funcionar pela distrital e local". Então, para vocês, para isso ter reconhecimento dentro da cidade de Porto Alegre, vocês têm que procurar em que região vocês ficam. Lá vocês vão saber qual o conselho que vocês têm que participar. Eu sei porque eu participo do meu, da saúde na minha região. Então, a gente deu todos os caminhos das pedras para todos os profissionais entenderem. E, nesse meio tempo, o Paulinho achou de fazer visita lá. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA**: Eu ia consultar, mas não deu tempo. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** No fundo, eles querem baixar a chancela para captar esse recurso. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** A gente não pode redirecionar este pedindo um parecer para o Conselho Municipal de Saúde? **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários**: Na minha opinião, não faz muito sentido, porque o que a gente está debatendo? Se a gente vai aprovar a liberação da carta de captação para esse projeto ou não. A gente já está falando que ele é da política da saúde e não tem a ver com a política da criança e do adolescente. Então, não acho que é nosso papel remeter para a saúde, porque a gente está falando de um processo de carta. A gente defere ou indefere. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eles querem usar o mecanismo da criança e adolescente para captar, está bem evidente aqui. Mas aí tem tantos outros incentivos. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA**: A gente ia fazer a visita hoje lá, então eu pedi umas recomendações antes, pelo e-mail, pedindo a solicitação, pedindo o endereço correto, porque eles têm dois endereços: um ali no Partenon, que é onde a gente ia visitar hoje, e depois eles citaram outro no TecnoPUC. Enviei solicitando, eles reenviaram o e-mail dizendo que queriam uma reunião com a nossa comissão. **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Não quiseram a visita. Eles disseram que não podiam receber porque não tinha ninguém lá, porque trabalham só home office. **Paulo Francisco da Silva,**

Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA: Isso. A gente solicitou que ele faça a inscrição no serviço, que eles não têm. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** No plano de trabalho, diz o dia e horário que eles atendem? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA**: Não. [Falas concomitantes]. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS**: Eu tenho uma hipótese, mas é só uma hipótese, Carol. Eu tenho uma hipótese: eles querem o banco de dados dos hospitais. Porque os hospitais têm um banco de dados disso. Eles têm. A gente tem banco de dados, por quê? Notifica, está gravado. Quantos? Em qual dia? Que categoria profissional que tem mais erro? Aonde? Isso gera um diagnóstico maravilhoso para ações, não há dúvida. Não há dúvida que isso é um banco de dados fenomenal, tanto que eles falam até em artigo. Isso dá muitos artigos. E, claro, isso sinaliza, a nível até nacional, quais ações os hospitais podem adotar para minimizar riscos. Não há dúvida, tanto que eu inicio dizendo que é muito pertinente o projeto e o objetivo do trabalho. Provavelmente os hospitais não tenham isso compilado nesse olhar que ele quer fazer e nem com tanto N, um N tão grande, um número tão grande, que dá uma amostra gigante. Eu acho que ele quer buscar esses dados e os hospitais, como não expõem ninguém, os hospitais provavelmente vão divulgar, não expõe paciente, nada. E eles poderiam publicar isso aqui até para o Ministério da Saúde. Mas não precisam de 2 milhões para fazer isso, e nós não precisamos financiar com o Fundo Municipal da Criança. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Duas coisas. Uma para mim é que eu encaminharia este projeto já para a Comissão de Políticas, dar um parecer final de que este projeto não corresponde à política da criança e do adolescente. Para mim é isso. E aí, a gente já pode ver se alguém tinha algum entendimento diferente, senão a gente já faz e já fecha este projeto. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Até porque eles estão esperando a resposta, a gente já, não precisa nem ir lá visitar mais. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM**: Como a gente pediu para a Denise, que é conselheira da secretaria junto com a Sônia, nós fizemos uma reunião com a OSC. E ficamos acordados. O que aconteceu nesse meio tempo? O farmacêutico da secretaria, ele validou este projeto. E a Conselheira Denise validou junto, dizendo: "Não, ok o projeto de vocês, só arrumem um hospital que faltou". Então, assim, acho que agora, a Denise e o farmacêutico liberou o projeto. **Sônia Silvestrin,**

Secretaria Municipal de Saúde – SMS: Mas farmacêutico é um farmacêutico. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** Mas é um profissional da saúde. Só acho assim, para quando formos responder, para não sair numa mídia que foi negado, porque a secretaria validou, não sei quem validou. **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre:** A OSC já está com a expectativa de que seria aprovado. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Mas são duas coisas. O fato da secretaria dizer: "Olha, o teu projeto é bom", o pleno é soberano. O pleno votou o contrário, ponto. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** E ela gravou a reunião. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Mas ela não pediu autorização, então ela agiu de má-fé e ela não pode gravar sem a autorização dos participantes. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** E mesmo que tenha gravado com autorização, o pleno ainda é soberano e, quando uma qualquer instituição, independente que seja de A a Z, ela encaminha um projeto, ela tem a grande chance de ser negada. Porque o conselho é que vai ver, de acordo com a política do conselho, o que corresponde ao conselho. Nem todo projeto, e isso é uma questão de maturidade das instituições, maturidade de entender que nem todo projeto tu vais ganhar. E ela pode receber este projeto ou outro projeto, como também fez agora há pouco. Esta ideia deste projeto não é algo que nós vamos apoiar. Ah, vamos receber outro? Sem problema, pode apresentar 10. Não tem problema. O que não for, é negado. O que for, vai ser aprovado, tranquilo. Eu não vejo, Rose, sinceramente, não vejo problema de mídia, coisas assim, porque eu acho que isso, a própria instituição, acho que ela tem que ter este vai e volta, vai e volta. Talvez o que a gente pudesse fazer é, além de dar o despacho, é sentar novamente com a instituição e clarear. É como eu gosto de pegar, perguntar se ela conhece esse manual que já tem nos hospitais. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS**: Ela conhece, Carol, eles são espertos. Mas está bem. E por que eles não citaram as RDCs e a portaria? No projeto não tem, isso é basilar, em 2013 que começou. **Mariana Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** A gente pode contrapor que a gente tem ciência disso e também comentar qual é a contraproposta deles diante dessa proposta. Sabe? **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de**

Porto Alegre – ASAFOM: Uma demanda, daqui a pouquinho se eles são da inteligência artificial, é pesquisa, é mapeamento. Uma demanda, sim, da saúde, na política bem-estar de juventude, olha, nós queremos isso e aquilo, vocês conseguem? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Para mim, ainda, a questão maior ainda, é tipo assim: quando a instituição ela vai buscar uma inscrição de serviço, ela tem que apresentar um local. Ela não está colocando o local onde ela é, ela não está sendo clara para nós, já me levanta várias hipóteses em relação a tudo. [Falas concomitantes]. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eles estão pedindo, na verdade, é a inscrição do serviço, que seria, eu acredito, SARA. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA**: Não, seria de formação, pesquisa, nesse sentido assim. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM**: Indireto. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA**: Mas, mesmo assim, formação, pesquisa, assessoramento, porque eles dão assessoramento aos hospitais. É saúde. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Então, gente, vamos organizar. Vamos chamar essa instituição para a gente conversar para a próxima quarta. À tarde, uma e meia? Fazemos antes da plenária. É isso aí. E, independente disso, a Comissão de Políticas, eu acho que faz o parecer já fechando este projeto. E aí a gente conversa com a instituição, explicando e tudo mais. Pode ser? Uma e meia na próxima quarta-feira. E é isso, se quiser é assim. Porque eu acho assim, gente, uma questão que eu sempre me preocupo, assim: nós temos taquigrafia, estamos aqui gravando, tudo está ali. Né? É que nem as plenárias do fórum, são gravadas direto para o YouTube, está tudo ali também. Então, alguma coisa que é de mais clareza, está nos processos SEI também, que também está sendo acionado por nós. Então, a gente está aqui exatamente para fazer o nosso papel, que é garantir a defesa, garantia da criança e do adolescente. E é isso que a gente faz, e a gente faz muito bem feito. E a comunicação? **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Não, e Carol, e isso que eu falei aqui, eu falo para qualquer pessoa. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Comissão de Políticas agora.

- COMISSÃO DE POLÍTICAS:

Francyne da Rosa, CEMME: A **ORGANIZAÇÃO AÇÃO SOCIAL DOM ORIONE** pede reativação de registro. Perdeu ali o prazo de recadastramento. É, no envio das documentações, tinha faltado o termo de imóvel e PPCI. Aí a OSC encaminhou tanto da mantenedora quanto da de outra unidade, da executora. Ah, os documentos então estão ok agora para a reativação de registro e o parecer é favorável da Comissão de Registros. Ficamos analisando o processo SEI agora pela manhã e agendamos uma reunião com uma OSC para a semana que vem para orientação de como preencher o anexo três. **Andréia Brito Gilli, Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa:** E tem os de monitoramento. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Tem que votar em separado ou dá para botar tudo junto? **Francyne da Rosa, CEMME:** Pode votar junto. É que o de monitoramento às vezes nem precisa de votação, né? Porque já está fechado. **Andréia Brito Gilli, Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa:** Eu vou passar primeiro os que não tiveram problemas, que é bem tranquilo. Daí os outros que tem apontamentos eu vou falar separado, tá? Então, os processos de monitoramento analisados pela comissão: 22.0.000144552-2, **INSTITUIÇÃO PELES**; 23.0.000066026-4, **CLIPE - ASSOCIAÇÃO CLÍNICA PSICOPEDAGÓGICA ESPECIALIZADA**; 23.0.000147861-3, **FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO SPORT CLUB INTERNACIONAL**; 24.0.000012217-0, **PARCEIROS VOLUNTÁRIOS**. A comissão conclui que as entidades cumpriram com as metas previstas no plano de trabalho e atendem a sua função social. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Então, esses que estão aqui, gente, podemos fazer a votação? Então, em votação, quem é favorável, levanta a mão. Ok, então **APROVADO POR UNANIMIDADE** as instituições que estão ok, tanto atestado quanto monitoramento. **Andréia Brito Gilli, Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa:** Agora as outras que têm algum apontamento. O 23.0.000112881-4, **MOVIMENTO PELOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - MDCA**. A Comissão de Monitoramento e Avaliação do CMDCA conclui que a entidade cumpriu parcialmente as metas previstas no plano de trabalho, atendendo parcialmente a sua função social. Processo 24.0.000013518-2, **ASSOCIAÇÃO SANTO AGOSTINHO**. A Comissão de Monitoramento e Avaliação do CMDCA conclui que a entidade cumpriu as metas previstas no plano de trabalho e atendeu sua função social, mantendo o interesse público. O administrador público considerou aprovado com ressalvas. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**

Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente: O que são as ressalvas? **Andréia Brito Gilli, Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa:** O Santo Agostinho foi uma questão na prestação de contas. O MDCA porque não atendeu as metas. **ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA DEFICIENTE**. É o processo 23.0.000159274-2. A comissão avalia que eles atingiram a sua finalidade, a função, e aconteceu que foi a rejeição da prestação de contas e a OSC foi autorizada a adoção da medida compensatória na sua área de atuação, ficando estabelecido um prazo para que eles apresentem essa ação compensatória. Não foi a gente que rejeitou, a prestação de contas foi rejeitada pelo administrador público. É isso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Então, podemos votar esses com ressalva também. As prestações de contas, elas podem estar com ressalvas ou sendo reprovadas, mas cumpriram algumas questões ou não, né? E aí cabe ao conselho, dentro da política, e não da parte da prestação de contas, dar o parecer. São setores separados. **Andréia Brito Gilli, Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa:** Por isso se destaca que a gente avalia, né, a questão do plano de trabalho, as metas alcançadas, mas só para constar em ata, a gente coloca só a observação das ressalvas, tá? **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** A gente volta que a gente concorda com o parecer da comissão, com relação e não a prestação de contas? **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** A prestação de contas a gente não tem como votar sim ou não, porque a gente não avalia, é só para a gente... **Andréia Brito Gilli, Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa: A** gente leu o relatório e nós estamos cientes que existe uma ressalva aí, mas que a parte que nos cabe está ok. **Francyne da Rosa, CEMME:** Com exceção do MDCA que não cumpriu as metas. Por que o que a gente tem avaliado nesses monitoramentos, quando é rejeição de prestação de contas ou quando é parcial ou quando é devolução, não somos nós que avaliamos essa questão das finanças, só é citado que esse processo está em aprovação parcial, mas enquanto objetivo de atendimento de metas e função social, cumpriu mesmo com a prestação de contas rejeitada. No MDCA, tem essa observação, que eles não cumpriram as metas propostas. Então, esse sim seria um parecer desfavorável para o CMDCA, no sentido de não cumprir a meta que foi proposta dentro do próprio projeto. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Mas agora tem que também, para rever, que tipo de meta que era. Porque às vezes tu abre uma demanda, por exemplo, o Serviço de Convivência, que o CRAS não encaminhou porque tem serviço lá.

Por isso que eu também não sei a natureza da meta. Seria importante qualificar. Eu tive uma discussão aqui com a SMED, por exemplo, do serviço, que eu trouxe aqui para o conselho, que as escolas tinham que encaminhar o atendimento para o programa de educação integral. As escolas falharam. Eu não cumpri a meta, na verdade nós fomos penalizados por algo que estava contratualizado e que foi colocado aqui, no contrato, colocaram que era responsabilidade de idade. Isso tanto que já foi pedido em reunião ali para rever, mas hoje está assim posto. Então, nós temos que qualificar o não cumprimento da meta, em que natureza. Por exemplo, eu não sei que meta era, no serviço que não atenderam. Para entender por que não atenderam, se tem uma justificativa. Senão fica muito ruim, de repente a gente penaliza uma instituição, ela colocou a disposição no cumprimento do objeto, a estrutura, equipe técnica e não foram as pessoas que estavam previstas, ou porque o CRAS não encaminhou. Lá eu sei que hoje tem serviço de convivência, trabalho educativo e aprendizagem profissional. Eu conheço porque a instituição ali, já assessorei ali no sentido de formação para educadores. Para mim, o que é, eu não entendi o que é o não cumprimento da meta, qual a meta que é. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** A quantidade de atendidos? **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Que serviço? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Teve uma situação que, não sei se é esse mesmo, mas do MDCA, não é esse mesmo processo, em que eles não tinham localizado as cadeiras, só que a instituição, ao invés de ter comprado, digamos, cadeiras de plástico, comprou cadeiras com estofado. Sabe? Então, conseguiu melhorar e aí não foi entendido como atingiu. Então isso também a gente tem que, realmente, concordo com o Frei, a gente tem que dar uma olhada nessas questões. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA**: Esse monitoramento era feito no início, né, pela Secretaria. Porém, tinha um olhar, e essa pessoa que está fazendo até hoje esse monitoramento, tem outro olhar, né? Até na abordagem das pessoas. Então, depois que a gente foi em uma lá nas irmãs ali do Frei Pacifico, conversando com a irmã, eu como conselheiro do CMDCA e ela como secretária, mas aí ela pediu para a Rochele falar para a Carol que era melhor separar. A gente fizesse o deles e nós ficássemos no nosso. Por isso que é bom nesses casos a gente ir lá, antes de talvez ir lá para ver se bate. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Hoje, por exemplo, no serviço de convivência, conforme o dia que vai, tu não vai

ter todas as metas lá, tem algumas. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Então, ah, me perdi. A gente tem que votar e vamos deixar o MDCA fora, é isso? Então, em votação, tirando o MDCA, quem é favorável ao parecer da comissão? Ok, **APROVADO**. **Francyne da Rosa, CEMME:** Achei sobre o não cumprimento das metas. Não comprovou a realização do item 2.6 da participação planejada em atividades com os teatros, visitas técnicas e passeios em espaços como museus, teatros e cinemas, que estava previsto daí no projeto do edital de 2022. Esse é do edital de 2022, recurso que foi captado através do edital. Eles executaram o projeto que eles proporam. No projeto eles propuseram que tinha participação em atividades socioculturais, visitas técnicas e passeios em espaços e museus, teatros e cinemas que não foram executados no projeto. Eles não conseguiram comprovar. É por isso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Entendi. Depois a gente vê melhor para a semana que vem, então. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA**: Ali é o **GRÊMIO RECREATIVO ESPORTIVO SOCIAL BENEFICENTE CULTURAL ESCOLA DE SAMBA FILHOS DE MARIA**. Então, eles querem registro e inscrição no Pró-Rede. Fizemos uma visita hoje lá, fomos acolhidos pelo presidente mais um membro. Então, o espaço é adequado para o atendimento das oficinas, que é oficina de música, musicalidade, roda de convivência, oficinas de temas transversais, no dia da semana de manhã e à tarde, com crianças de 6 aos 17 anos. Hoje eles estão naquela estrutura que era da Sociedade São Pedro, lá. Fizeram uma boa reforma, está bem bom. Então, a comissão de visita tem ***parecer favorável*** à inscrição, o registro e a inscrição do Pró-Rede, atendimento direto. A outra é a reativação da **ADRA SUL** e a inscrição do programa de acolhimento institucional. Então, como na primeira reativação a gente já tinha ido na sede, então nós escolhemos uma das casas de acolhimento para fazer a visita. E fomos aqui no Partenon, na Irmã Vebber, 415. Então, a casa de acolhimento é a R9. Então, é bem estruturada, a casa é boa, bem aconchegante. É para 20 crianças e adolescentes, com quartos separados para meninas, para meninos. Fomos atendidos pelo coordenador Alexandre. Então, para a reativação e a inscrição do programa de acolhimento institucional, a comissão deu parecer ***favorável***. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Submetemos à plenária. Em votação? Ok, **APROVADO**. Gente, rapidinho. Nós vamos colocar uma resolução ali para vocês

poderem ver. O que acontece? Eu estava falando com a Jennifer, ela está descendo já agora aqui, para nós podermos ver uma resolução. Eu vou tentar explicar para vocês o que a gente conversou. A gente viu que tem algumas instituições em que precisam sentar ou pedir o extrato quase individual, praticamente individual, para o fundo, para poder ver o histórico de todo o dinheiro que a instituição tem. Digamos, um exemplo que eu dei: a instituição A tem 1 milhão. A instituição A tem 1 milhão. Aí de 3, 4 projetos que ela foi captando, juntando, então ela tem 200 daqui, tem 200 de lá, tem 200 do outro projeto, tem 300. No todo, a instituição, aqui dentro ela tem de 1 milhão. Só que às vezes o primeiro projeto já venceu, o segundo projeto lá está outra data. Então assim, isso que a gente tinha que pegar e fazer um histórico real para a gente poder ver o que cada instituição realmente tem. Hoje, por exemplo, eu já até pedi para ser enviado para a comissão de finanças, mas hoje teve uma instituição que estava solicitando recurso de 2017, que pediu transferência para outro de 2020 e que está pedindo para outro, para transferência para 2025. É verdadeiro. E ela não usou as doações de 2022. Ela não usou de 2022. Sabe, então assim, a Jennifer eu acho que está mais boazinha do que eu, e aí eu falei assim, tem algumas coisas que não dá. Sabe, então assim, nesse caso, nem vou dar a minha opinião, mas eu disse assim, manda para a comissão de finanças que a comissão de finanças vai olhar exatamente o que é. Vai olhar exatamente o que é, porque a gente tem alguns requisitos, não adianta a gente fazer uma coisa, sabe? Não adianta. Eu nem vou falar o nome da instituição, porque que nem eu digo assim, eu não gosto de saber valor nem nome, porque se eu souber valor e nome, já começa a doer o coração, né? Então, assim, eu não gosto de saber essas coisas. Então, eu queria só para a gente poder contextualizar para a gente, para a gente entender. **Jeniffer Rodrigues Siqueira, EOF/SMDS:** Só para contextualizar para o pessoal, boa tarde para quem eu não tinha visto ainda, desculpe que eu estou muito gripada. A situação que ocorre: o conselho aprova a transferência de valores entre projetos com o limite na resolução conta 1. Só que a transferência em si, no sistema, ela não existe, a gente não tira de um projeto e coloca em outro. O conselho autoriza que o valor de um projeto seja utilizado em outro similar. Só que a OSC que não tem familiaridade com o sistema, com a prefeitura, ela não entende isso e acha que o dinheiro vai andando. Ocorre que a OSC acha que o recurso é um só dela e não é, o recurso é do projeto. Mas aí a OSC interpreta de uma maneira equivocada assim, não que seja certo ou errado, mas é que é diferente do que acontece, do que tem um certo ou um errado, mas aí ela acha que o dinheiro vai caminhando junto com o projeto. Então no caso dessa instituição, ela achou que o projeto, que o valor que ela não usou

em 2017, ela passou para 2022, aí de 2022 ela passou para 2024 e de 2024 ela passou para o próximo. E não é cumulativo, ela deveria ter usado em 2020, quer dizer, de 2017 com 2020, para 2022, para 2024. E aí ficou essa lacuna assim, ficou uma interrogação muito grande, porque aí a gente não tem como dizer que ela deveria ter utilizado, porque é uma escolha dela usar agora ou não. Só que ela entende que ela, ela disse que não sabia que não poderia utilizar depois. Como a gente tem hoje muitos valores, eu conversei muito com o Mincarone semana passada sobre isso, a gente tem valores que não estão identificados no fundo, mas a gente tem muitos valores que estão identificados, estão em projetos específicos, mas a transferência ela não gera obrigatoriedade na utilização do recurso, entendeu? A OSC pode pedir a transferência dentro de um prazo e demorar 2 anos para usar. Então a questão é essa assim. Então, a minha ideia para a Carol foi a gente fazer um levantamento das OSCs que tinham projetos ativos, todos. Uma instituição tem 5 projetos ativos. Ver todos o saldo de todos os projetos, ativos ou não ativos, e dizer, olha, o que tu não usou é tantos mil reais. Aí tu faz um projeto específico solicitando ao conselho a aprovação para a utilização desse recurso ou não, entendeu? Para botar para o ano de 2040. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**: Não, eu discordo. Olha só, se eu pedi transferência, primeiro que a OSC tem que ter o conhecimento da resolução, que está baseada ali que diz como capta, como utiliza, como solicita. Concorda? Se ela pediu transferência para o projeto A, ela vai seguir aquele projeto. Se a carta daquele projeto venceu em 20 e ela não usou e a transferência está dentro, ela perde. É lei. É claro como a luz do sol. E aí, assim, senão nem nós aqui, conselho, e nem vocês enquanto operadores desse fundo, esse dinheiro não vai terminar. No meu entendimento, se tiver que passar por mim, eu vou dizer: indeferido por isso, por isso, por isso. Não, mas daí eu vou passando, ah, mas a transferência, então, a transferência eu não sabia, não! Aí ele tem a regra, eu sou muito radical. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Tem que estar com a carta dentro do prazo de vigência e, por sua vez, também tem que ter limite, porque se ela capta mais que o limite. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**: Mas isso está claro na nossa resolução, Mincarone. Ele diz o excesso tu usas assim, as transferências tu tens direito a uma. E a pessoa tem que ler. É o mínimo. [Falas concomitantes]. **Natália Laurindo, AHMI:** Quando transfere de um para o outro, lá no site de doação ele não considera o valor que tu transferiu. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Sim, mas aí capta ainda mais em cima. **Jeniffer Rodrigues Siqueira, EOF/SMDS:** Ela não existe, a transferência. Existe a utilização

de um projeto, do valor de um projeto em outro, mas a carta ela não diminui. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**: Mas daí assim a gente não pode trazer isso para dentro. Sabe por quê? Porque em todo esse tempo que eu estou aqui, 2 anos que eu estou aqui, todas as OSCs fazem, todas que passaram pela minha análise, elas fazem esse controle dizendo, olha, a minha carta era 500 e eu já com a transferência eu atingi os meus 500, ou estou em 501. **Natália Laurindo, AHMI:** Acho que eles esqueceram esse dinheiro. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**: Pode até ser, mas tem um regramento. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Ainda são duas coisas. Uma coisa é essa instituição pontualmente, que eu pedi para remeter para a Comissão de Finanças e eu, Carolina, penso exatamente a mesma situação da Sônia, como eu falei para as gurias ali, de que para mim, eu sou, é para um, é para todos. Se a gente diz que tu pode pegar dinheiro de 2017, então a gente não tem nenhum real do fundo livre. Porque todos esses dinheiros, praticamente, é de alguma instituição. Então, a gente vai ter que refazer todo o trabalho de novo que está sendo feito. Então, para mim é para a Comissão de Finanças esse parecer, mas essa é a minha ideia. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**: Inclusive a comissão já indeferiu outros pedidos. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Exato, já tem jurisprudência. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** E uma outra situação é a essa resolução que a Jennifer fez uma proposta, de que essa resolução seja para que as demais instituições, não este caso específico, mas qualquer instituição, possa ter este olhar. Olha, eu estou com uma carta para vencer. Olha, eu tenho um dinheiro aí. Em que a gente coloque um marco e, tipo assim, chega de choro e nem vela. Eu acho que é mais ou menos essa situação, sabe? Agora, só o Frei, rapidinho. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu só queria lembrar quando a equipe técnica do conselho do fundo apresentou para nós isso, não foi na última alteração, na anterior, nós estávamos lá ainda na Leonardo Truda, o motivo foi o que a Jennifer falou, é impossível rastrear o caminho do dinheiro. Por isso que só foi aprovado de um projeto para o outro, porque se perde a memória. Então não tem argumento para ficar, senão já está difícil operar o fundo. Eu sugiro que vá para a Comissão de Finanças para analisar mais detalhadamente para poder, a gente não aprovar a toque de caixa, vai estar de acordo com a resolução que já foi até aprovada, se não vai entrar em

contradição. E até ter um jurídico para nos ajudar. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**: Concordo com o Frei, eu acho que isso aqui assim está muito intempestivo para nós analisarmos e vou dizer outra coisa, se a gente começa a abrir, daí sim atrasa mais, porque daí ela vai começar a atender todo esse povo que deixou e que já tem dinheiro transferido e para todo o serviço que nós estamos. E a gente tem que ter muito cuidado, porque cada resolução, nós vamos nos afunilando e aí nós vamos nos embrenhando e daqui a pouco é dezembro. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Para mim está sem condição de ser aprovado. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Olha, só para a gente ver se vai ser interessante a resolução nesta linha que a gente pensou. Que é essa instituição de 2017. Olha as demais instituições. Então, referente aos valores identificados e vinculados aos projetos anteriormente aprovados, porém não solicitado a utilização pela OSC, o proponente estabelece um prazo de novembro de 2025 a dezembro de 2025 para que as OSCs que tiverem cartas de captação aprovadas pelo conselho no período, solicitem diretamente ao setor de fundo extrato atualizado de todos os seus projetos, uma única vez dentro do prazo estabelecido. Extrato atualizado de todos os seus projetos conforme orientações previstas na nota... **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Já tem um ponto, que olha, não só os de dezembro de 2024, acho que já não cabe, porque se ela foi aprovada no início de 2024, ela tem até o final de 2025 ainda com essa carta aprovada, ela pode pedir. Então, na verdade, não é que ela teve carta aprovada durante esse período, mas com vencimento neste período. Então, só ajustar o texto ali que é o vencimento neste período. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel**: Eu posso ler aqui o que a gente estava falando na outra reunião? Assim, ó, primeiro que as doações recebidas até 31/12 de 2023. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Essas são as resoluções que a gente aprovou semana passada. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Quer dizer, ali nós falamos que as doações não identificadas, recebidas de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024 e não identificadas até 2025, passarão a ser consideradas fundo livre a partir de janeiro de 2026, 1 de janeiro. Então, 2024, as doações não identificadas, entrou o dinheiro durante o ano de 2024, a entidade tem até o final desse ano para chamar e pedir a solicitação. Se não pediu, ela não está identificada, não foi identificada, não foi solicitada, cai para o fundo livre. Isso é uma

coisa. Agora, os recursos de 2025, eles teriam um prazo até 30 de junho de 2026. Lembra que a gente falou, um semestre? Ou então eles serão incorporados ao fundo livre. Quer dizer, o de 2025 tem um semestre, o de 2024 tem até agora o fim desse ano. Então tu abrange 2024 e 2025. Aí depois teria que colocar que a partir de 2026, aí nós temos que ver, aí faltou falar isso aí. De 2026, os recursos recebidos de 2026, eles serão cortados em junho e requeridos até dezembro. E os de dezembro, do segundo semestre, seriam cortados no final do segundo semestre e teria mais um semestre para solicitar. Quer dizer, seria um semestre de entrada e o outro de solicitação. Seria isso, isso a gente não chegou a definir. Teria que entrar no nosso plano de ação. E ainda, Carol, precisava ver aquela dos, que tu falou que até o 2022 tinha tido feito uma data de corte. Então já estariam todos liberados. Então aí não se fala em 2016, 2017, 2018, 2019, se fala em 2022. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Até dezembro de 2020, na verdade, a data de corte. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel**: Ah, dezembro de 2020. Então, teria que ver de 2021 a 2023 qual é o prazo que seria dado. Podia ser todos, então, de 21 até 31 de dezembro de 24. **Jeniffer Rodrigues Siqueira, EOF/SMDS:** A questão, pessoal, é que esse recurso que o Mincarone está falando foram os que não foram identificados ainda. Esses, que são identificados, tem. É outra questão. É os que estão em projetos. O que acontece? A transferência, ela não gera a obrigatoriedade de utilizar o recurso, porque a OSC transfere e não usa. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**: Não, mas não é que não gera obrigatoriedade, Jennifer. Claro que existe! Então, ele não pede a transferência. **Jeniffer Rodrigues Siqueira, EOF/SMDS:** Ela tem um limite de uma ou duas coisas. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**: É, não. **Jeniffer Rodrigues Siqueira, EOF/SMDS:** Não, mas assim, ó, por exemplo, eu tenho um projeto. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Deixa para nós analisarmos isso depois. **Jeniffer Rodrigues Siqueira, EOF/SMDS:** Não é que o que é que eu não consigo dar andamento nos outros saldos. Porque o que acontece? Por que o dinheiro tem, o fundo tem dinheiro não identificado que precisa ser carimbado ou vir como fundo livre? Sim. O problema é o recurso das OSCs que já estão em projetos, que as OSCs não usaram. Se eu pedi uma transferência para um projeto que está vigente, eu posso usar um de 2020, um recurso de 2020, projeto de 2020, porque ele venceu em 2022, eu posso ter pedido ele até 2023. Eu posso

usar ele até 2026. Então um recurso de 2020, sim, aí que está. Aí o dinheiro está lá desde 2020 e em 2026 ele ainda não foi usado. Esse é um outro problema que o fundo tem. Que aí tem um monte de dinheiro, que é o que todo mundo reclama, que o fundo está cheio de dinheiro e ninguém usa, mas aí a gente tem essa outra problemática. Que aí eu estou com um dinheiro desde 2020 parado. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** A questão é que, aí tu concorda que esse dinheiro está identificado e daí ele não faz parte do livre? **Jeniffer Rodrigues Siqueira, EOF/SMDS:** Pois é, mas aí isso aí. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Este assunto precisa de um tempo maior, nós já estamos cansados. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu entendi que vocês já não querem mais. [Risos]. Mas assim, só para a gente poder pensar, são instituições que pegaram o dinheiro de um projeto, mandaram para um outro projeto e tem mais 2, 3 anos para gastar. **Jeniffer Rodrigues Siqueira, EOF/SMDS:** É isso que eu digo. Elas têm que vir procurar a gente, entende? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** E o que não está na resolução é de que essas instituições, elas têm que gastar primeiro este projeto da transferência. Isso não está na resolução. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** É porque ela vai perder se ela não usar. Ela não vai poder transferir de novo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É uma coisa lógica, mas o lógico não está constando. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Ah, não! Não, não, Carol, não. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Essa instituição aí, específico, vou dizer o valor, é mais de 1 milhão. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**: Mas não tem problema, Carol. Perde 1 milhão. Eu perder 1 real lá na minha Secretaria, eu estou frita do mesmo jeito, sem minha cabeça! Não, tem uma resolução. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Ele só pode usar, só pode transferir uma vez, se tu não usou naquele outro, perdeu. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** E aí como é que eu vou dizer agora para os outros que a gente já indeferiu? Não. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Essa a minha posição também. A gente já indeferiu. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Mas talvez a gente pode ter

uma notificação, mas para o agora, não o que passou. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Então, vamos pegar assim, vou pegar este texto e vou mandar para a Comissão de Finanças para eles brincarem lá e darem uma olhada. E aí dá para estudar mais um pouco. Então, gente, mais alguma coisa? Não? Ah, vocês são queridos. Está bom. Beijo para todos, gente, obrigada.

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, às 16h30min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.